



A Escrita, o Relato Clínico e suas Implicações Éticas na Cultura Informatizada

Artigo | Edição da palestra proferida no I Encontro Latino-americano de Escrita em Psicanálise. “Escrita, narrativa e vida psíquica”, encontro promovido pela SBPde PA em outubro de 2013. Retomam-se também ideias expostas na palestra “Da arte de escrever à coragem de publicar”, a convite da Associação dos Membros Filiados ao Instituto de Psicanálise da SBPSP.

Bernardo Tanis

Psicanalista. Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-SP.
Membro Efetivo da SBPSP e docente do Instituto “Durval Marcondes”. Editor da Revista Brasileira de Psicanálise.

Resumo: O texto tece uma reflexão em torno de aspectos éticos nas publicações psicanalíticas no atual contexto. O trabalho aborda diferentes aspectos vinculados à escrita psicanalítica – gênero, estilo, narrativa, dimensão ficcional e outros. A natureza singular da pesquisa em psicanálise, método e ética clínica são tratados aqui em sua relação com a transformação no campo das publicações, devido à proliferação dos novos meios de publicação eletrônica e às exigências normativas dos principais indexadores.

Palavras-chave: Clínica. Escrita psicanalítica. Ética. Pesquisa. Publicação.

Penetrando no interior das Famílias, meus olhos serão cegos e minha língua
calará os segredos que me forem confiados.
(HIPÓCRATES, 460 a.C.).

O relato clínico, sua escrita e suas repercussões éticas na cultura informatizada suscitam questões cujas respostas não são, em absoluto, simples e demandam uma atenta indagação. A especificidade da tarefa como editor da *Revista Brasileira de Psicanálise* tem sido para mim um constante estímulo e fonte de reflexão em torno da escrita psicanalítica, da ética na avaliação e publicação dos trabalhos recebidos, concedendo uma especial atenção à ética na publicação de narrativas da clínica.

As vertiginosas mudanças no cenário acadêmico, os critérios de indexação das publicações, as publicações online (*e-books*, revistas eletrônicas, blogs, etc.), com a consequente divulgação massiva através dos sistemas de busca na internet, vêm suscitando interrogantes em torno do que e de como publicar em psicanálise e, indiretamente, não deixam de ter influência, como veremos, no campo das pes-



quisas em psicanálise, sejam as promovidas nos consultórios e em instituições psicanalíticas ou nas universidades. As revistas voltadas para a psicanálise não estão fora desse processo de transformação. Assim, estamos atentos a esse movimento, procurando encontrar os melhores canais de comunicação com nossos leitores. Acreditamos que as iniciativas de intercâmbio entre editores são fundamentais para enfrentar os desafios para os quais as mudanças nesse cenário da atualidade estão nos convocando.

Quem escolhe o que pode ou não ser publicado? As equipes editoriais das revistas? Os comitês de ética e pesquisa das Universidades? Eles também decidiriam sobre o que pode ou não ser pesquisado? E os indexadores, que poder eles detêm e que poder delegamos a eles? Evidentemente são difusores extremamente importantes, mas que preço estamos dispostos a pagar, em termos de atender certas padronizações, para que uma revista psicanalítica seja indexada? Como isto repercute direta ou indiretamente na nossa escrita?

Ciente da relevância destes temas, as comissões editoriais, os autores e os revisores sabem que há repercussões como um bumerangue, não apenas nas publicações, mas na formação e no exercício da clínica e da produção psicanalítica. Organizamos, em conjunto com toda a equipe editorial da RBP, em Congressos da FEBRAPSI e FEPAL, várias mesas redondas nas quais discutimos com equipes editoriais, autores e colegas temas como: a escrita da clínica e sua publicação, o relato clínico na escrita e suas repercussões éticas na cultura informatizada, diversidades e convergências entre as políticas editoriais das revistas latino-americanas e políticas editoriais em diferentes culturas psicanalíticas.

Dada a riqueza e complexidade do tema, penso que não devemos abordá-lo de forma linear. Uma estratégia caleidoscópica, que contemple sua sobredeterminação, poderá nos aproximar de modo mais fecundo ao nosso assunto. Espero que este breve texto estimule a reflexão e o debate entre os leitores.

1 Da Arte ou do Ofício de Escrever

A arte de escrever ou o ofício, como alguns escritores preferem denominá-la, expressa, capta, cria algum saber sobre o humano. Sabemos que nenhum texto dá plenamente conta da experiência, isto é da ordem da limitação da linguagem. Mas também, como diz Bellemín-Noel (1983, p. 13), “o sentido excede o texto”. Um conhecimento que sempre deixa um resto, o desconhecido, e dá margem à interpretação. Ouvimos falar do sofrimento inerente ao ato da escrita; no entanto, há algo desnecessário nesse sofrimento motivado pela pretensão de “tudo

dizer”, já que essa ilusão está condenada ao fracasso. Uma bela equivalência simbólica entre aquilo que é da clínica e aquilo que pertence ao campo da escrita. Não é necessário ficar perturbado com o inefável da experiência, ou trabalhar com oposições entre a paixão e a representação. Clínica e texto comportam um *plus* de sentido que mobiliza o autor/psicanalista, gerando no leitor um efeito interpretante que o move a novas descobertas numa cadeia que não se esgota.

Rosa Monteiro, escritora espanhola, em um livrinho maravilhoso chamado *A louca da casa*, resultado de notas tomadas ao longo de anos sobre o ofício de escrever, diz que nos momentos de graça, de criação, sente-se tomada, impregnada pelas criaturas imaginárias ao ponto de sentir a abolição do tempo, não experimentando a decadência, nem a ideia da própria mortalidade. Diz Monteiro (2005, p. 11): “você é eterno enquanto inventa histórias”. “A gente escreve sempre contra a morte!” E nós, analistas, quando escrevemos, o que buscamos? Compartilhar conhecimento, sair da solidão, ir ao encontro do outro, reconhecimento dos pares, imortalidade...?

Para Roland Barthes¹ (1987, p. 19)

A ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa. Por outro lado, o saber que ela mobiliza nunca é inteiro nem derradeiro; a literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa; ou melhor: que ela sabe algo das coisas — que sabe muito sobre os homens.

Barthes alude a algo que é muito verdadeiro e inerente à escrita do psicanalista, uma vez que esta cria uma ponte, encurta a distância entre a experiência clínica singular e os leitores. Entre uma problemática específica que o autor se coloca e a generalidade de um sistema teórico conceitual. Percebo o lugar do editor e a função de uma equipe editorial de uma revista de psicanálise como aqueles que podem favorecer essas pontes, contribuir para sua construção.

Optar por estas citações é transmitir aos leitores e autores algo do potencial heurístico da escrita, do ato de escrever, que se bem exprime e reflexiona em torno de aspectos da experiência, em si mesma possui um potencial revelador. Penso que muitos gêneros de escrita não apenas informam ou transmitem conhecimento, mas, na qualidade intrínseca de gesto criativo, produzem um conhecimento.

¹ Aula inaugural proferida no Collège de France no dia 7 de janeiro de 1977.



2 Da Escrita Psicanalítica e seus Contextos

Temas clássicos em torno da escrita em psicanálise, avaliação de trabalhos pelos revisores e pares, aspectos institucionais envolvidos na escrita, ansiedade em publicar foram amplamente discutidos em trabalhos estimulantes como os de Britton (1994), Gabbard (2015), Giovanetti (2011), Mezan (1998, 2010), Tuckett (2000), entre outros. Discutir esses trabalhos nos afastaria, em parte, do nosso foco principal, mas sem dúvida fazem parte do repertório das minhas leituras e reflexões como autor e editor.

A escrita psicanalítica encontra-se entre a narrativa e o ensaio. Aponto aqui para uma dialética entre a experiência e a teorização. A experiência analítica, em certos momentos, já foi comparada à experiência estética:

A experiência estética é um estado transitório do eu, no qual interno e externo encontram-se em contato, por assim dizer, 'osmótico'; o ego, afetado cognitivamente e emocionalmente, tem sua economia modificada. É então que Guillaumin enuncia um importante paradoxo: a certeza (convicção) referente ao objeto estético reside, contraditoriamente, na incerteza na qual ele coloca e mantém o eu racional do sujeito, que se encontra 'suspense' no (e pelo) objeto de beleza, entre ligação/desligamento do afeto e da representação. Isto é, a 'captura' pelo objeto acompanha-se de uma 'soltura das amarras' racionais e críticas. (GUILLAUMIN² apud LOUREIRO, 2005, p. 111).

Estamos longe da irracionalidade absoluta, uma vez que a potencialidade da escrita está contida no âmago da experiência e esta, por sua vez, tem em seu germe uma lógica própria, embora muitas vezes desconhecida, como alude Green. Nasce aqui a capacidade e a função teorizante do analista (PONTALIS, 1978)³. Apreendemos a natureza conflitiva de algumas experiências, a incapacidade de simbolizar uma ausência, a desvitalização narcísica, o desejo de congelar o tempo, a tentativa desesperada de sedução.

Para Freud,

O verdadeiro início da atividade científica está na descrição de fenômenos que depois são agrupados, ordenados e relacionados entre si, já na descrição é inevitável que apliquemos ao material certas ideias abstratas, tomadas daqui e dali, tomadas não só da nova experiência... (FREUD, 1915, p. 52).

² GUILLAUMIN, Jean. Le jugement esthétique, un instrument logique étrange entre l'intime et l'universel. In: CHOUVIER, B. et al (org). **Symbolisation et processus de création**. Paris: Dunod, 1998.

³ J. B. Pontalis, que foi durante anos editor da consagrada *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, tem uma vasta reflexão sobre o tema da escrita e da clínica, fala lindamente sobre o assunto em *Entre el saber y el fantasma* (In: *Entre el sueño y el dolor*).

Freud expressa, nesse texto, um espírito de abertura, pesquisa clínica e humildade na construção de conceitos. Também assinala que as descrições clínicas possuem alguns elementos, “certas ideias abstratas” que não se originam apenas da experiência e, desse modo, alerta às limitações do empirismo ingênuo. Convido vocês a uma indagação sobre os diferentes “contextos” nos quais a prática clínica acontece e nos quais novas teorizações emergem e os espaços nas quais são publicadas e divulgadas. Diz Mezan: “[...] pode-se falar em contexto teórico no qual se formulam as noções, do contexto cultural e social que emoldura e atravessa a prática clínica, de contexto no sentido mais restrito de uma escola dentro do pensamento psicanalítico” (MEZAN, 2002, p. 444). Assim, são complexos, sobredeterminados e não lineares os caminhos que conduzem às novas teorizações e modelos. Todos nós, quando escrevemos, o fazemos em determinados contextos nos quais certos aspectos são mais ou menos privilegiados.

3 A Escrita Psicanalítica, sua Dimensão Ficcional

No campo das ciências ainda vigora, embora mais relativizada, uma distinção entre aquilo que se denominam ciências duras ou “*hard science*” (física, química, etc.) e as ciências sociais e humanas, chamadas de ciências moles ou “*soft science*”. As primeiras são caracterizadas pelo recurso à empiria, experimentação e, acima de tudo, pela comprovação. O tema dos critérios de validação objetivos tem sido tão dominante que muitas vezes podem ofuscar o aspecto criativo e heurístico da procura por novos conhecimentos. Mas se isso pode abafar o cientista experimental, o que dizer do campo das ciências interpretativas, das humanidades, nas quais o referente é construído muitas vezes pelo próprio método que o examina? Nestas, a dissociação sujeito-objeto é sempre parcial e, muitas vezes, ao insistir nela se mutila definitivamente o processo criativo.

As considerações acima nos conduzem ao território particular das práticas clínicas, seu método, a especificidade de produzir novos conhecimentos (pesquisa clínica) e o modo de torná-los públicos.

Alguns psicanalistas que se destacam pela sua produção escrita procuraram refletir sobre esta singularidade. Fábio Herrmann, autor brasileiro, resgata o vínculo da Psicanálise com a ficção. Herrmann (1999, 2002) na introdução ao livro “A Psique e o Eu”, intitulada “Psicanálise, ciência e ficção”, diz:

Vamos deixar clara a ideia: ficcional não significa falso, nem mesmo cientificamente menor, mas inserido num tipo de verdade peculiar à literatura, que é em geral mais apropriada para a compreensão do homem que a própria ciência regular [...]. A estreita vinculação entre nosso conhecimento e a ficção constitui uma parte do preço a pagar – nada exorbitante, a meu ver – pela generaliza-



ção da Psicanálise como ciência completa: seu objeto de conhecimento, o Homem Psicanalítico, não pode ser o homem inteiro e concreto, mas uma ficção verdadeira (HERRMANN, 1999, p.16-17).

Em tempos em que as práticas clínica, entre elas a psicanálise, são pressionadas a adaptar sua metodologia àquela das ciências duras, pode soar estranho aos nossos ouvidos estas aproximações com a ficção, embora, como se sabe, tenham sido tão caras a Freud. Diz Freud:

Os poetas são aliados muito valiosos, cujo testemunho deve ser levado em alta conta, pois costumam conhecer toda uma gama de coisas entre o céu e a terra cujo saber escolar ainda não deixou sonhar. Estão bem adiante de nós, gente comum, no conhecimento da psique, já que se nutrem em fontes que ainda não tornamos acessíveis à ciência (FREUD, 1907, p. 8).

Os poetas, os autores de ficção, não somente bebem nestas fontes, mas também gozam de plena liberdade no exercício de sua arte. A ficção é uma leitura do humano que atualiza no texto, através dos tempos e das culturas, as paixões e perplexidades, os ideais e o absurdo que nos constituem. Retrata emoções e desejos muitas vezes recalçados originados nas primeiras batalhas travadas para constituir nossa precária representação de nós e do mundo em que vivemos. Não é a toa que a Psicanálise goza de maior prestígio no diálogo com a cultura, com as humanidades e com as artes.

Bleger (2012) há tempos, mas não por isso menos atual, aludia à tensão entre o aspecto dramático da clínica em contraposição à articulação lógico-racional da teoria. A dramática para Bleger implica a comunicação numa linguagem que pertence à vida concreta do paciente, convida à busca de descrições e conceitos que reflitam o acontecer vivencial sem correr o risco de reificar a existência humana.

Thomas Ogden, um dos mais destacados psicanalistas de nossos dias, seguindo nessa mesma direção mas já investigando a experiência da escrita da clínica, assinala que:

O autor analista está sempre colidindo contra uma verdade paradoxal: a experiência analítica (que não pode ser dita ou escrita) deve ser transformada em “ficção” (uma versão imaginativa de uma experiência em palavras), para que a verdade da experiência seja transmitida ao leitor (OGDEN, 2010, p. 140).

Para Ogden, Bleger, assim como para Herrmann, a “ficção” narrativa contempla os elementos de verdade contidos na experiência clínica que permitirá ressonâncias significantes na psique do leitor-analista.

Examinamos até agora o texto psicanalítico num segundo tempo em relação a um primeiro da clínica, mas que no mergulho do analista/autor a escrita torna-se figura e não fundo. Recentemente, em um trabalho sobre temporalidade (TANIS, 2013), citava o escritor Cortázar:

Nunca se saberá como isto deve ser contado, se em primeira pessoa ou em segunda, usando a terceira do plural ou se inventando continuamente formas que não servirão para nada. Se fosse possível dizer: eu viram subir a lua, ou: em mim nos dói o fundo dos olhos, e principalmente assim: tu a mulher loira era as nuvens que continuam correndo diante de teus seus nossos vossos seus rostos. Que diabo. (CORTÁZAR, 2004, p. 283).⁴

O professor de teoria literária David Arrigucci Jr. proferiu uma conferência sobre a questão da narrativa como aula inaugural no Instituto de Psicanálise da SBPSP (ARRIGUCCI, 1988). Apontou o fato de que toda narrativa contempla uma fissura e tensão entre o narrador e o narrado, entre o aqui e agora e o então, entre verdade, verossimilhança e persuasão. Vemos aqui os ingredientes inerentes à fala na situação analisante, o aqui e agora da transferência, a dimensão inconsciente presente em todo discurso, o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação. Assim como a clínica propriamente dita, a sua narrativa nunca deixa de nos desafiar. Estamos longe de aderir a uma forma canônica de apresentá-la. Muitas vezes, a escrita fica inibida ao pensar que temos que reproduzir a experiência. Herdeira de uma tradição de reprodução ponto a ponta das falas de uma sessão. A escrita não visa a reproduzir a experiência, mas a produzir algo no leitor a partir das evocações, reminiscências e associações que o autor possa provocar no leitor. A escrita é potência viva.

Como vemos, o tema se expande e a questão da publicação já nos remete à singularidade do objeto da psicanálise, ao método de abordá-lo, assim como ao modo que será escolhido para transmitir a experiência (questões em torno da narrativa e do narrador expostas anteriormente). Giremos, então, nosso caleidoscópio, e talvez possamos observar outras perspectivas igualmente relevantes que dizem respeito a nosso campo.

4 Da Construção de um Texto, dos Gêneros e dos Estilos

Existem formas canônicas para a escrita de um artigo, segue uma das mais conhecidas e frequentes: introdução e colocação do tema/problema, discussão dos autores que trataram do assunto (estágio do problema), material clínico ou

⁴ Desta forma, colocando o problema do narrador, Julio Cortázar inicia um de seus mais fascinantes contos, "Las babas del diablo" cuja primeira edição data de 1959, publicado na coletânea *Las armas secretas*.



vinhetas que visam a exemplificar ou sinalizar a experiência, discussão do material e conclusão mostrando os avanços a partir do texto. Este é o modelo que mais se aproxima do artigo científico. Mas esta não é a única forma possível de escrever um bom texto psicanalítico. Aqui residem muitos dos vícios e das virtudes das diferentes culturas psicanalíticas.

A escrita psicanalítica teria um gênero próprio ou obedeceria a vários gêneros? Vale a pena alguma definição. Para Bakhtin: “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que chamamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2003, p. 279), ou seja, podemos entender, com isso, que um enunciado organizado e estável se constitui em um gênero discursivo. Vejamos exemplos de gêneros conhecidos: religioso, literário, jornalístico, publicitário, bula de remédio e também, é claro, o científico em suas várias formas: dissertação, tese, ensaio, resumo, resenha, artigo, palestra, conferência.

Como editor e leitor, tenho percebido como certos analistas e autores utilizam-se de vários gêneros. Às vezes, um texto psicanalítico tem a forma de um belíssimo ensaio; outras, de uma comovente narrativa; às vezes, predomina o aspecto mais dogmático ou expressão de uma crença. Conhecer e pensar em termos de gêneros é interessante para um autor e para uma equipe editorial.

Um bom texto psicanalítico pode visar tanto a esclarecer alguma questão clínica ou teórica como a aprofundar uma discussão em torno de um conceito. Pode sugerir alguma hipótese nova ou questionar alguma tese consagrada. Claro que também há textos de revisão conceitual ou que transmitem resultados de pesquisas. Mas onde encontramos mais desafios é nos textos do primeiro tipo. Como apresentar uma questão clínico-conceitual que desejamos discutir, como apresentar nossos argumentos? Haveria um modo privilegiado? Quais são os interlocutores explícitos e implícitos?

Com isso, podemos avançar ainda mais um pouco na tentativa de examinar nosso objeto. Assim como temos o gênero, encontramos o estilo, que conjuga a generalidade do gênero com a singularidade do autor. A quem se dirige o enunciado? Como o autor percebe e imagina seu destinatário? Mestres, discípulos, a comunidade científica, os opositores, os seguidores? Coloca-se aqui a questão do Outro. É disso que depende a composição e, sobretudo, o estilo do enunciado:

Enquanto falo, sempre levo em conta o fundo perceptivo sobre o qual minha fala será recebida pelo destinatário: o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e convicções, seus preconceitos (de meu ponto de

vista), suas simpatias e antipatias etc.; pois é isso que condicionará sua compreensão responsiva de meu enunciado. Esses fatores determinarão a escolha do gênero do enunciado, a escolha dos procedimentos composicionais e, por fim, a escolha dos recursos linguísticos, ou seja, o estilo do meu enunciado (BAKHTIN, p. 320-321).

O enunciado está repleto de ecos, lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera [...]: refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles (BAKHTIN, p. 316).

Ora, talvez a partir dessas considerações sobre gênero e estilo, possamos enxergar não apenas aspectos vinculados à vida institucional do autor, suas expectativas e transferências, mas também aspectos do campo que parecem dominar o universo das publicações científicas, a adequação a padrões e normas pré-estabelecidas como condição para publicação que não apenas refletem um nível de qualidade do que será publicado, mas também as condições para que as revistas possam receber e manter sua pontuação, já que estas “notas”, por sua vez, são condição de aceitação ou não pelo indexador.

Maria do Carmo Guedes⁵, experiente editora universitária de livros e de várias revistas de psicologia, acompanhou a implantação dos principais indexadores no Brasil e compreende muito bem o contexto editorial atual e suas tendências, refletindo sobre as publicações e sua relação com a pesquisa. Diz ela:

O que eu defendo é que uma disciplina não pode furtar-se ao compromisso com a pesquisa. É daí que o conhecimento advém e pode ser difundido. Por isso, minha última pergunta: o que fará a Psicanálise: desistirá da indexação ou brigará por um modo de fazer pesquisa próprio? (GUEDES, 2011).

Esta atualização do Outro, encarnada nos indexadores e na visibilidade, coloca aos editores situações paradoxais. Nossos autores gostariam de ver divulgados seus trabalhos para o maior número de leitores, os editores gostariam de receber reconhecimento pela qualidade de suas publicações e obter verbas pelas instituições de fomento à pesquisa. Por outro lado, nosso campo possui as particularidades que enumeramos acima e, ainda por cima, sendo autores e editores psicanalistas, não estamos dispostos a renunciar àquilo que é específico da nossa disciplina, esta é uma exigência ética. Movimentamos o caleidoscópio mais uma

⁵ Painel da Revista Brasileira de Psicanálise: Ética na publicação de material clínico e a indexação de revistas de Psicanálise durante o XXIII Congresso Brasileiro de Psicanálise, 10/set/2011 – Ribeirão Preto.



vez, e nossa argumentação nos conduz à singularidade da ética na clínica e pesquisa psicanalítica.

5 Da Ética Indissociável: clínica/pesquisa/publicação

Algumas ideias se fazem necessárias para poder contextualizar a implicação ética⁶ inerente à psicanálise. Cabe salientar que, embora a ética esteja em pauta desde o nascimento da cultura, ancora-se em diferentes representações da relação com o Outro através da história.

Segue-se um brevíssimo panorama a partir de uma síntese esboçada por Chauí (1992).

Para os gregos antigos, “a ética, cujo modo era a virtude e cujo fim era a felicidade, realizava-se pelo comportamento virtuoso entendido como ação em conformidade com a natureza do agente (seu *ethos*) e dos fins buscados por ele” (CHAUÍ, 1992, p. 347). A virtude ou o comportamento ético é aquele no qual a razão comanda as paixões, dando normas e regras à vontade para que esta possa deliberar corretamente. Com o advento do cristianismo, a ideia do universal é mantida, mas como assinala Hannah Arendt e nos mostra Chauí, a ideia de liberdade desloca-se do campo político para o interior de cada ser humano. Com esta interiorização, instauram-se a moral e a culpa. A ética passa a ser definida em relação a uma vontade transcendental, não mais regulada apenas por uma vontade racional. Posteriormente, na modernidade, profundas transformações ocorrem no campo da subjetividade. Cabe destacar o que Weber chama de “desencantamento do mundo”. O centro ordenador transcendental, seja do cosmos antigo ou da Providência, perde força e será substituído pelas ideias de processo civilizatório, cultura e história que passarão a ditar os padrões para uma nova ética cujo centro será relativizado e, neste sentido, será mais frágil e precário (CHAUÍ, 1992).

É nesse novo cenário que emerge a descoberta freudiana. A tensão permanente que Freud assinala a partir da formulação da segunda tópica entre as demandas do Id e as barreiras impostas pelo super-eu, o conflito identificatório no campo do narcisismo e dos ideais inauguram um novo modelo para ampliar a reflexão em torno da possibilidade ética do sujeito moderno. O método psicanalítico, no qual a livre associação e seu correlato, a atenção livremente flutuante, possibilitam a emergência no campo transferencial do percurso pelo qual o desejo contorna seu objeto. Sustentar esse lugar nas diferentes organizações psíquicas sem atender às demandas narcísicas, simbiotizantes ou conluos sadomasoquistas é

⁶ Ver *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 46, n. 1, dedicado ao tema Ética e Psicanálise.

parte do desafio ético do analista. Assim sendo, a escrita e a publicação que aludem a este fazer não podem senão obedecer a este desafio.

Atualmente, vivemos aspectos intrusivos de uma cultura na qual as formas de poder aparecem mais difusas, mas nem por isso menos esmagadoras (consumo, narcisismos, controle, mecanismo de gozo, etc.). Essas produzem efeitos na construção dos ideais, das identificações. Mais do que em outros momentos da cultura ocidental, parece haver algo que escapa ao tabu do incesto, ao não matarás, à formação do super-eu como instância interiorizada. Há a falha, a fratura, o erro, o abominável, no dizer de Kehl: “Excluído da possibilidade de simbolização, o mal-estar silenciado acaba por se manifestar em atos que devem ser decifrados, de maneira análoga aos sintomas daqueles que buscam a clínica psicanalítica” (KEHL, 1999, p. 25). Sabemos que pensar e agir eticamente ultrapassa a esfera do eu para nos lançar ao encontro do outro, mas identificam-se sinais de uma nova moral para o super-eu através da qual a ética como campo de contato com a alteridade parece estar comprometida. Novos desafios nos convocam na clínica atual se nos deixamos atingir pela diferença e pela alteridade⁷ (TANIS, 2014).

A pesquisa e a escrita em psicanálise deveriam preservar os aspectos ético-metodológicos inerentes ao campo como discutido por Herrmann (2006), Mezan (2006), Tanis (2006) e outros⁸.

Considero que certos aspectos da ética psicanalítica se fazem presentes naquilo que no *a posteriori* da experiência, e como seu complemento indissociável, André Green chama de pensamento clínico, “um modo original e específico de racionalidade surgido da clínica” (GREEN, 2002, p. 12). Falar de pensamento clínico significa, dirá Green (p. 14), aludir às transformações ditadas pela angústia, pelo sofrimento, pela dor; as estratégias para negá-los ou combatê-los, para tratar de se desvencilhar e também para tentar superá-los. Mesmo que não fale diretamente de um analisando em particular, o pensamento clínico evoca, em quem ouve ou lê, a lembrança de um paciente, de um grupo de pacientes ou do momento de uma análise.

Dallazen, L. e colaboradores (2014) discutem de modo interessante, tomando como base a exigência de que os participantes dos estudos assinem um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), os riscos e comprometimentos de uniformizar os critérios de pesquisa nas universidades a partir de determinações dos Comitês de Ética em Pesquisa que não levem em conta as especificidade de cada

⁷ Permanências e mudanças no lugar do analista: desafios éticos. Trabalho apresentado no XXIII Congresso Brasileiro de Psicanálise (2011), cujo tema foi Limites: Prazer e Realidade.

⁸ JORNADAS PESQUISA E UNIVERSIDADE, realizadas em 2006 na SPBSP.



campo de conhecimento. Já no campo das publicações, tomemos como exemplo:

*The American Journal of Psychiatry*⁹ exige como condição para avaliar um manuscrito que:

Os manuscritos e cartas ao editor que relatam os resultados da investigação experimental e entrevistas com seres humanos devem incluir uma declaração de que o consentimento informado por escrito foi obtido após o procedimento e havia sido totalmente explicado. No caso das crianças, os autores são convidados a incluir informações sobre se o parecer favorável da criança foi obtido. (THE AMERICAN JOURNAL DA PSYCHIATRY, documento online).

Gabbard, G. (2000) nos informa que o *International Committee of Medical Journals Editors* (ICMJE) enfatiza a necessidade de o autor obter a autorização do paciente para a publicação de seu caso. A diretriz, que foi publicada no *British Medical Journal*, em novembro de 1995, ficou assim estabelecida¹⁰:

Os pacientes têm o direito à privacidade, e este não deve ser infringido sem seu consentimento informado. Informações que permitam sua identificação não deveriam ser publicadas em textos, fotografias e outros dados a não ser que sejam essenciais para os propósitos científicos e que o paciente (ou pai ou tutor) dê uma autorização por escrito para a publicação. O consentimento informado para esse propósito exige que o paciente tenha visto o manuscrito a ser publicado (INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS, documento online).

Talvez o mais importante do trabalho do Gabard, além de enfatizar evidentemente a importância de preservar o sigilo e o anonimato do paciente, seja problematizar as dificuldades inerentes a cada uma das modalidades de fazê-lo, a partir das diferentes experiências próprias e debates por conceituados analistas. Kantrowitz, J. (2004) também aborda os efeitos de comunicar e oferecer ao paciente para a leitura prévia textos destinados à publicação e nos quais o analista faz referência a ele. Entrar neste território e analisar cada uma dessas possibilidades excede o escopo desta apresentação.

⁹ "Manuscripts and letters to the Editor that report the results of experimental investigation and interviews with human subjects must include a statement that written informed consent was obtained after the procedure(s) had been fully explained. In the case of children, authors are asked to include information about whether the child's assent was obtained. If your submission does not contain written informed consent or Institutional Review Board approval, it will not be reviewed."

¹⁰ "Patients have rights to privacy that should not be infringed without informed consent. Identifying information should not be published in written descriptions, photographs, or pedigrees unless the information is essential for scientific purposes and the patient (or parent or guardian) gives written informed consent for publication. Informed consent for this purpose requires that the patient should be shown the manuscript to be published."

A modo de conclusão, penso que editores e autores não podem ignorar os debates atuais em torno dos aspectos éticos, formais e legais do que será ou não omitido no nosso relato, de qual a função do termo de consentimento e publicação por parte dos nossos analisandos, das proteções, direitos e deveres perante a lei. Muitas vezes, tomados pela complexidade da tarefa, recorremos ao *non liquet* (expressão jurídica à qual Freud apela em “O homem dos lobos”). Penso que devemos continuar esse debate buscando posicionamentos consensuais entre psicanalistas e, por que não, incluir outras práticas clínicas. No entanto, para orientar nossa postura e reivindicações junto às instituições de fomento e principais indexadores, faz-se necessário evocar os fundamentos da singularidade do método e da ética da psicanálise que norteiam nossa clínica e nossa pesquisa. Refletir como o fizemos em torno do pensamento clínico, da pesquisa em psicanálise sem perder de vista a dimensão ficcional da escrita, poderá orientar nossas decisões e escolhas como editores frente aos desafios que teremos que enfrentar na nova cultura informatizada.

The Writing, the Clinical Report and its Ethical Implications for Computerized Culture.

Abstract: The text weaves a reflection on ethical issues in psychoanalytic publications in the current context. The paper discusses different aspects related to psychoanalytic writing – genre, style, narrative, fictional dimension and others. The singular nature of research in psychoanalysis, a method and clinical ethics are treated here in its relation to transformation in the field of publications, due to the proliferation of new means of electronic publishing and the regulatory requirements of the major indexes.

Keywords: Clinic. Ethics. Publication. Psychoanalytic writing. Research.

La Escritura, el Informe Clínico y sus Implicaciones Éticas en la Cultura Informatizada

Resumen: El texto teje una reflexión sobre cuestiones éticas en las publicaciones psicoanalíticas en el contexto actual. El documento analiza los diferentes aspectos relacionados con la escritura psicoanalítica – género, estilo, narrativa, dimensión de ficción y otros. La naturaleza singular de la investigación en psicoanálisis, método y ética clínica se tratan aquí en su relación con la transformación en el campo de las publicaciones, debido a la proliferación de nuevos medios de publicación electrónica y los requisitos reglamentarios de los principales índices.

Palabras clave: Clínica. Escritura psicoanalítica. Ética. Investigación. Publicación.

Referências

ARRIGUCCI JR., D. Teoria da Narrativa: Posições do Narrador. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 31, n. 57, p. 09-43, 1998.



- BAKTHIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Trabalho original de 1992. Trad. Paulo Bezerra.
- BARTHES, R. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1987. Aula inaugural proferida no Collège de France no dia 7 de janeiro de 1977.
- BELLEMIN NOEL, J. **Psicanálise e literatura**. São Paulo: Cultrix, 1983. Trabalho original publicado em 1978.
- BLEGER, J. Theory and practice in psychoanalysis: psychoanalytic praxis. **International Journal of Psychoanalysis**, v. 93, n.4, p.993-1003, 2012. Teoría y práctica en psicoanálisis: la praxis psicoanalítica. Trabalho original publicado em 1970.
- BRITTON, Ronald. A ansiedade de publicar: conflito entre comunicação e afiliação. **Livro Anual**, v. X, p. 215, 1994.
- CHAUÍ, M. Público, Privado, Despotismo In: NOVAES, A. **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CORTÁZAR, J. Las babas del diablo. In: _____. **Cuentos completos 1**. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2004.
- DALLAZEN, L.; GIACOBONI, R. V.; MACEDO, M. M. K.; KUPERMANN, D. Sobre a ética em pesquisa na psicanálise. **Psico**, PUCRS, v. 43, p. 47-54, 2012.
- FREUD, S. (1907). El delirio y los sueños en la Gradiva de W. Jensen. In: _____. **Obras completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. t. IX, p. 1- 80.
- _____. (1915). Ensaio de Metapsicologia. In: FREUD, S. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12. trad. Paulo Cesar de Souza.
- GABBARD, G. Disguise or consent: problems and recommendations concerning the publication and presentation of clinical material. **International Journal of Psychoanalysis**, v. 81, p. 1071, 2000.
- _____. Como escribir un trabajo psicoanalítico. **Revista Chilena de Psicoanálisis**, v. 22, n. 2, p. 196-197, dic. 2005.
- GIOVANETTI DE FREITAS, M. Considerações sobre a escrita psicoanalítica. **Ide**, São Paulo, v. 34, n. 53, 2011.
- GREEN, A. Introducción al pensamiento clínico. In: _____. **El pensamiento clínico**. Buenos Aires: Amorrortu, 2010. Versão original 2002.
- GUEDES, M. C. **Ética na publicação de material clínico e a indexação de revistas de Psicanálise**. 2011. Painel da Revista Brasileira de Psicanálise durante o XXIII Congresso Brasileiro de Psicanálise, Ribeirão Preto, 10 de setembro de 2011.
- HERRMANN, F. A ficção freudiana. In: _____. **A infância de Adão e outras ficções freudianas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- _____. Psicanálise, ciência e ficção. In: HERRMANN, F. **A Psique e o Eu**. São Paulo: Editora HePsique, 1999.
- _____. Psicanálise, ciência e ficção. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 39, n. 70, jun. 2006.
- INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS. Protection of patients' rights to privacy. **British Medical Journal**, v. 311, p. 1272, 1995. Disponível em: <<http://www.bmj.com/content/311/7015/1272>>.

KANTROWITZ, J. Writing About Patients: I. Ways of Protecting Confidentiality and Analysts' Conflicts Over Choice of Method. **Journal of the American Psychoanalytic Association**, v. 52, p. 69, 2004.

KEHL, M. R. **Depressão, temporalidade, sintoma social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

LOUREIRO, I. Notas sobre a fruição estética a partir de sua experiência-limite: a Síndrome de Stendhal. **Psyche**, São Paulo, v. 9, n. 16, dez. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382005000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 jun. 2012.

MEZAN, R. **Escrever a clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

_____. Pesquisa em psicanálise: algumas reflexões. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 39, n. 70, jun. 2006.

_____. Sete sugestões para quem escreve. In: MEZAN, R. **Figura da Teoria Psicanalítica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 265-295.

_____. Sobre a epistemologia da Psicanálise. In: MEZAN, R. **Interfaces da Psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 437-519.

MONTEIRO, R. **A louca da casa**. Buenos Aires: Suma Letras Argentinas AS, 2005. Primeira edição 2003.

OGDEN, T. Sobre a escrita psicanalítica. In: _____. **Esta arte da psicanálise**. Porto Alegre, Artmed, 2010.

PONTALIS, J. B. Entre el saber y el fantasma. In: _____. **Entre el sueño y el dolor**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1978.

TANIS, B. Formação – pesquisa; sociedades de psicanálise – universidade: a delicada questão das fronteiras. **Jornal de Psicanálise**, v.39, n.7, 2006.

_____. Permanências e mudanças no lugar do analista: desafios éticos. **Jornal de Psicanálise**, 2014. No prelo.

_____. Tempo e história na clínica psicanalítica. **Calibán**, v. 11, n. 1, p.73, 2013.

THE AMERICAN JOURNAL OF PSYCHIATRY. **Guidelines for Authors on Preparing Manuscripts**. Documento online. Disponível em: <http://ajp.psychiatryonline.org/ajp_ifora.aspx>.

TUCKETT, D. Avaliando textos psicanalíticos para o desenvolvimento de padrões editoriais comuns. **Livro Anual de psicanálise**, v. XIV, p. 19-34, 2000.

Copyright © Psicanálise – Revista da SBPdePA

Revisão de português: Ana Rachel Salgado

Bernardo Tanis

Rua Capote Valente 432, conj. 142, Jardim América

05409-001 São Paulo – SP – Brasil

e-mail: tanis@uol.com.br